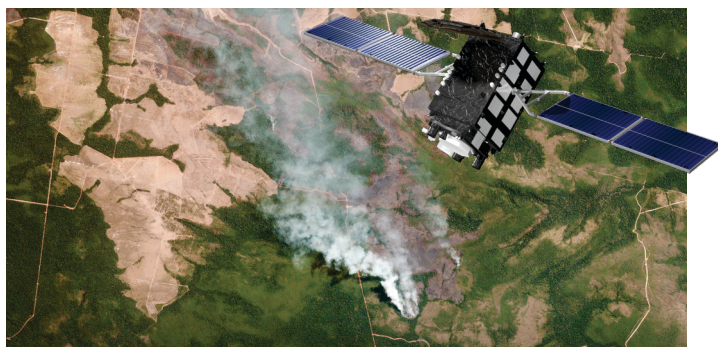




BACIAS HIDROGRÁFICAS ENCONTRO DEBATE PROTEÇÃO ÀS ÁREAS ÚMIDAS EM MT | PÁGINA 04



CENTROS DE TRIAGEM E REABILITAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES (CETRAS) EM MT AINDA NÃO SAÍRAM DO PAPEL | PÁGINA 02



PLATAFORMA IDENTIFICA DESFLORESTAMENTOS EM FASE INICIAL | PÁGINA 06

APRESENTAÇÃO

Depois de uma pausa, decidimos retomar as edições do Extra Meio Ambiente para reforçar a divulgação das ações e resultados obtidos pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística. A proposta é fazer com que a informação chegue ao maior número de pessoas possível. Para tanto, utilizamos não apenas a mídia impressa, como também os meios digitais.

A seguir, apresentamos as principais frentes de atuação. São lutas e conquistas importantes que, com certeza, têm contribuído significativamente para o desenvolvimento sustentável. Boa leitura!

LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE
PROCURADOR DE JUSTIÇA



Procuradoria de Justiça Especializada em
Defesa Ambiental e Ordem Urbanística





AÇÕES DO MPMT VIABILIZAM RECURSOS PARA GESTÃO DE ANIMAIS SILVESTRES

Mesmo com a viabilização de recursos, por meio de Termos de Ajustamento de Conduta, os Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (Cetras) ainda não foram efetivados. A gestão de animais silvestres em Mato Grosso é um problema recorrente e precisa de soluções urgentes. Até o momento, as únicas conquistas obtidas nessa área partiram do MPMT.

Um termo aditivo assinado em agosto de 2017 entre o Governo do Estado e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), responsável pela Usina Hidrelétrica de Colíder, previu o repasse de R\$ 30 milhões a título de compensação ambiental. Desse montante, R\$ 7,5 milhões seriam destinados à construção de Cetras.

De lá para cá, muita burocracia e poucas ações práticas. Em Lucas do Rio Verde, o primeiro município que seria contemplado com o Cetras, foram dados pequenos passos para a concretização do projeto, mas ainda restam muitas coisas a serem feitas.

A presidente da Organização Não-Governamental Amibem, Roseana Maria Mânica de Oliveira Spindeler, que atua no município, explica que até o momento foram concluídos, com recursos viabilizados pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa do Meio Ambiente e da Ordem Urbanística na ordem de R\$ 500 mil, a sede do caseiro, escritório, ambulatório veterinário, setor de alimentação e a parte elétrica e hidráulica. A câmara fria também foi concretizada com recursos repassados pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente em Lucas do Rio Verde.

Restam ainda as edificações da quarentena e de 10 recintos, além da aquisição de equipamentos do ambulatório. Orçados em aproximadamente R\$ 220 mil, a Ong apresentou projetos à Promotoria de Justiça de Defesa Ambiental do município de Sinop para tentar viabilizar os recursos por meio de transações penais ou Termos de Ajustamento de Conduta.



CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO CETRA EM LUCAS DO RIO VERDE/MT

CUIABÁ

Na Capital, já existe um terreno de 38 hectares, ao lado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no Centro Político Administrativo, para a construção da unidade. Após constante ameaça de ocupações indevidas, o procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe promoveu articulação junto à Sema para viabilizar a construção de um muro no local. O processo para cercamento ainda está sob análise administrativa e jurídica do órgão

ambiental para autorização da construção. Quatro milhões de reais destinados pela Copel como medida mitigadora estão reservados para a edificação da obra.

RONDONÓPOLIS

Uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso contra a Concessionária Rota do Oeste S.A, empresa que adquiriu o direito de explorar, mediante a cobrança de pedágio, o trecho de 850,9 km, em duas rodovias do Estado, a BR-163 (822,8 km) e a MT 407 (28,1 km), requer ao Poder Judiciário que estabeleça à concessionária a adoção dos meios necessários para garantir a devida assistência aos animais atropelados nas duas vias, que têm grande circulação de veículos.

Entre as medidas requeridas estão a implantação de unidades móveis de resgate para levar os animais atropelados a centros de tratamento veterinário, acompanhamento, pagamento de todo o tratamento e encaminhamento dos mesmos a centros de reabilitação e triagem devidamente autorizados por órgão ambiental. Conforme apurado, a exploração da concessão vem resultando em acidentes e óbitos de animais da fauna silvestre, sem que a empresa requerida adote qualquer providência que mitigue as ocorrências. A questão ainda está sob judice.

BATALHÃO AMBIENTAL DE VÁRZEA GRANDE

Embora enfrentando problemas estruturais, o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental continua recebendo animais silvestres. Anualmente, cerca de 1.200 espécies passam por lá. Segundo o comandante da unidade, Ten Cel PM Rodrigo Eduardo Costa, foi feito um projeto de reestruturação do local na ordem de R\$ 1,5 milhão e entregue à Secretaria de Estado de Meio Ambiente para aprovação.

Ele explica que como está prevista a construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres em Cuiabá, no Centro Político Administrativo, local este que até o momento sequer foi cercado, a Sema determinou que o projeto apresentado inicialmente fosse alterado com a exclusão dos recintos previstos.

Um novo projeto, segundo o comandante do Batalhão, foi executado mas ainda aguarda aprovação do órgão ambiental. Enquanto isso, o prédio enfrenta uma série de problemas. Somente este ano, o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental de Várzea Grande recebeu 700 animais. Desse montante, 381 foram devolvidos à natureza.



DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PESQUISAS E ESTUDOS PARA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

Após composição em assembleia geral, 19 pessoas passaram a integrar os conselhos administrativo, fiscal e a diretoria-geral do Instituto Cidade Legal, resultado do projeto “Articulação da Sociedade Civil para Defesa das Cidades”, realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por intermédio do Núcleo de Estudos Jurídicos e Pesquisas Ambientais (NEPA/FD) e a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, com o apoio dos promotores de Justiça Carlos Eduardo Silva e Maria Fernanda Corrêa da Costa. O Instituto realizará pesquisas e estudos visando a construção de cidades sustentáveis.

Além da identificação de apontamentos para a solução compartilhada, os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Cidade Legal servirão de subsídios para a atuação do Ministério Público na defesa da ordem urbanística. A instituição, composta por especialistas em diversas áreas de planejamento urbano, tem como diretor-geral o arquiteto e urbanista e professor aposentado da UFMT, Claudio Santos de Miranda.



DIÁRIO URBANO PROMOVE MAPEAMENTO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS EM MATO GROSSO

A implantação irregular de um loteamento é a ponta do iceberg para o aparecimento de vários outros problemas, tanto em relação ao meio ambiente urbanístico como para o meio ambiente natural. O “Diário Urbano”, desenvolvido pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística, nasceu com a proposta de realizar diagnósticos sobre a problemática, oferecendo os subsídios técnicos necessários para que os promotores de Justiça tenham segurança na atuação.

Os problemas, no entanto, não se resumem ao loteamento clandestino e ocupações irregulares. Entre as dificuldades estão a interface entre o meio ambiente natural e o urbanístico e também a elaboração e padronização de uma metodologia para o levantamento em campo, já que são problemas complexos que exigem caracterizações específicas.

Regularmente, equipes saem a campo munidas de equipamentos, a exemplo do Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), mais conhecido como drone, que são necessários para a elaboração do diagnóstico com informações imprescindíveis para a atuação ministerial. São imagens de alta resolução, dados sobre a extensão dos problemas verificados, entre outros detalhes.

Além da Capital, promotores de Justiça que atuam no interior do Estado também foram contemplados com os diagnósticos, entre eles Alta Floresta, Sorriso e Tangará da Serra. De dezembro do ano passado até agora mais de 10 diagnósticos já foram concluídos.



SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL ABORDA DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE PROVAS NA ÁREA AMBIENTAL

Representantes de diversas instituições que atuam na coleta e apreciação de provas na área ambiental participaram de um seminário promovido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso para identificação e correção de pontos de convergência na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística. O evento foi realizado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em junho deste ano.

No que se refere ao meio ambiente urbano, foram discutidas questões relacionadas ao parcelamento ilegal do solo, campos de aplicação, degradação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) urbanas, classificação do tipo de vegetação, resíduos sólidos, lixões, contaminação do solo e poluição sonora.

O seminário incluiu ainda debates sobre a atuação no combate ao desmatamento, queimadas, mineração, madeira e poluição de recursos



hídricos. O evento reuniu cerca de 50 promotores de Justiça, além de representantes do Ministério Público Federal (MPF), Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA), Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais (IBAMA), Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA), Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental (PBMPA), Corpo de Bombeiros Militar e Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT – VEMA/JUVAM).



BACIAS HIDROGRÁFICAS

ENCONTRO PROMOVE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

Com o objetivo de promover a troca de experiências sobre mecanismos de proteção das áreas úmidas, integrantes da Academia e do Ministério Público Estadual participaram nos dias 07 e 08 de novembro, no Sesc Pantanal, no município de Poconé (a 103 Km de Cuiabá), do “Encontro Bacias Hidrográficas e Áreas Úmidas”. O evento reuniu cerca de 40 pessoas.

O encontro possibilitou ainda o intercâmbio de informações entre os representantes das 13 Promotorias de Bacia Hidrográfica, instaladas no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e o promotor de Justiça Ivan Carneiro Castanheira, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público de São Paulo. Na oportunidade, ele defendeu a aproximação entre as promotorias e os comitês de bacia hidrográfica.

“É preciso incentivar a participação da população, mas também estimular que os comitês cumpram com o seu efetivo papel, que é participar da elaboração

do próprio plano, mas principalmente fiscalizar a sua implantação, seus cronogramas e contribuir para escolha de opções de como se quer promover o desenvolvimento da região, o que chamamos tecnicamente de enquadramento dos corpos hídricos”, ressaltou.

O procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, participou da discussão e enfatizou a importância das Promotorias de Bacia Hidrográfica. “Essas promotorias são estratégicas para a proteção do meio ambiente. A proposta é que elas atuem de forma articulada com a Procuradoria Especializada Ambiental para preservar as bacias e buscar a recuperação daquelas que já estão degradadas”, enfatizou.



MEIO AMBIENTE NATURAL

MPMT ESTRUTURA PROMOTORIAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM RECURSOS DE PROGRAMA INTERNACIONAL

A primeira etapa de investimentos para a estruturação das 13 Promotorias de Justiça de Bacias Hidrográficas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso já está sendo liberada. Nessa primeira fase, cinco unidades serão contempladas com veículos, drones, computadores, entre outros equipamentos, para auxiliar o trabalho dos promotores de Justiça. Ao todo, mais de R\$ 5 milhões serão investidos nos próximos quatro anos na implementação dessas Promotorias.

Os recursos são oriundos do Programa Global REDD Early Movers (REDD para Pioneiros – REM) e foram viabilizados pela Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística. O procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe explica que os valores serão geridos pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). O programa é amplo e abrange quatro subprogramas: fortalecimento das instituições que atuam no

controle do desmatamento, direito indígena, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.

“Fomos inseridos no subprograma relativo ao fortalecimento das instituições que atuam no controle do desmatamento. Desde 2017 estamos trabalhando para a obtenção desses recursos. Primeiro desenhamos o projeto, depois passamos para a fase da estruturação do programa, captação de recursos e agora estamos nos preparando para a execução”, comemorou o procurador de Justiça.

O procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, destacou que o funcionamento das Promotorias de Justiça de Bacias Hidrográficas permite que sejam enfrentados os problemas ambientais de todo o estado. Ele ratificou o apoio da sua gestão ao projeto e assegurou que disponibilizará a cada promotor de Bacias Hidrográficas um assistente ministerial.



VALORAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

METODOLOGIA GARANTE COMPENSAÇÃO CONDIZENTE COM A IMPORTÂNCIA DO ECOSISTEMA



A aplicação da metodologia de Valoração do Dano Ambiental em ações e termos de ajustamento de conduta propostos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso tem estabelecido aos degradadores valores monetários de compensação condizentes com a importância ecológica e econômica dos ecossistemas. Utilizada por promotores de Justiça em todo o Estado, a metodologia já apresenta resultados.

Em Vila Bela da Santíssima Trindade (a 521 Km de Cuiabá), por exemplo, a prática do conhecimento científico subsidiou o pedido de bloqueio de bens no valor aproximado de R\$ 1 bilhão de representantes de 51 propriedades rurais localizadas no interior do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco. A medida buscou garantir eventual condenação à reparação das áreas degradadas e a compensação pelo dano moral coletivo e danos materiais ambientais.

Entre os temas mais recorrentes na utilização da metodologia de Valoração do Dano Ambiental estão a degradação de áreas úmidas, arborização urbana, fauna silvestre, retirada ilegal de madeira nativa e desmatamento.

O PROJETO

Realizado pelo Ministério Público de Mato Grosso e Núcleo de Estudos Jurídicos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal de Mato Grosso, o projeto de Valoração de Áreas Úmidas foi lançado em janeiro de 2018.

Na ocasião, além de promover capacitações de promotores de Justiça, juízes e demais operadores do Direito sobre as técnicas de valoração, também foram realizadas audiências públicas para levantamento dos principais problemas ambientais vividos, principalmente em relação às três

grandes áreas úmidas do Estado (Paraguai, Araguaia e Guaporé).

Uma dessas reuniões aconteceu em Nova Xavantina (a 670 Km de Cuiabá) e reuniu aproximadamente mil pessoas. Participaram das discussões os promotores de Justiça Maria Coeli Pessoa de Lima, Wellington Petrolini Molitor, Matheus Pavão de Oliveira, Carlos Rubens de Freitas Oliveira Filho, Márcio Schimiti Chueire e Edinaldo dos Santos Coelho, além de prefeitos de 10 cidades da região do Araguaia, indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, produtores rurais, acadêmicos e moradores em geral. O evento foi realizado no dia 31 de agosto de 2018, na Praia do Sol. Discussão semelhante também foi promovida no município de Cáceres.



REUNIÃO EM NOVA XAVANTINA CONTOU COM 8 PROMOTORES DE JUSTIÇA | AGOSTO DE 2018

ESTUDOS SÃO FINALIZADOS



PROJETO TEVE INÍCIO EM REUNIÃO REALIZADA NO SESC PANTANAL COM ESPECIALISTAS DA ÁREA

Drenagem, desmatamento das nascentes, conflitos no uso de recursos pesqueiros e lançamento de efluentes, inclusive em áreas urbanas, foram os principais problemas identificados em diagnóstico realizado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso nas áreas úmidas do Guaporé, Pantanal do Araguaia e Pantanal do Paraguai. O levantamento é resultado do Projeto Boticário MPMT "Valoração de Áreas Úmidas".

Além da identificação dos principais problemas ambientais, o projeto também possibilitou a análise da atuação do Ministério Público Estadual para a proteção dessas áreas úmidas. O objeto de estudo envolveu em torno de 60 promotorias de Justiça. No decorrer do levantamento, foi constatada a existência de mais de 300 procedimentos instaurados pelo MPMT relacionados ao assunto, entre inquéritos civis, procedimentos preparatórios e ações civis públicas.

A compilação dos estudos constará em um Ebook que será lançado no início do ano que vem.

PLATAFORMA IDENTIFICA DESFLORESTAMENTOS EM FASE INICIAL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a exemplo das demais entidades que compõem o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, destinou parcela dos recursos oriundos do Programa REDD para Pioneiros para aquisição de uma plataforma de monitoramento contínuo com imagens de satélite e fornecimento de alertas semanais de desmatamentos. O investimento já apresenta resultados.

No dia 2 de setembro, por exemplo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente divulgou o resultado de uma ação integrada de contenção de desmatamento e queimadas, quando 10.864 hectares foram embargados por desmatamento ilegal no bioma amazônico. Com a medida, os proprietários estão impedidos de desempenhar qualquer atividade econômica sobre as terras abertas de maneira ilegal.



Com imagens de alta resolução espacial e geração de alertas ocasionados pelo monitoramento diário em tempo real, a plataforma é abastecida por dados de mais de 120 satélites Planet, disponibilizados com resolução espacial de 3 metros que cobrem todo o território do estado.

MONITORAMENTO EM TEMPO PRÓXIMO AO REAL

Finalista do Prêmio Innovare 2019, o projeto “Olhos da Mata – Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, desenvolvido pelo MPMT, por meio da Promotoria de Justiça de Itiquira, utiliza alertas GLAD e VIIRS da plataforma Global Forest Watch para identificar semanalmente áreas de perda de cobertura florestal usando informações de imagens de satélite em tempo próximo ao real. Recentemente, a equipe também passou a utilizar os alertas com laudos do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil - MapBiomass.

De acordo com os idealizadores do projeto, promotor de Justiça Claudio Angelo Correa Gonzaga e o analista engenheiro florestal do Ministério Público José Guilherme Roquette, assim que recebidos os alertas, as coordenadas geográficas do desmatamento ou queimadas são cruzadas com informações do imóvel e seus proprietários e o Ministério Público estabelece

contato telefônico, por e-mail e até whatsapp para obter informações preliminares e confirmar o endereço para envio de notificação.

Nos casos em que essa comunicação não é possível, diligência no local é realizada, juntamente com a Polícia Militar de Proteção Ambiental ou a própria guarnição local da Polícia Militar, geralmente resultando na apreensão de maquinário e condução em flagrante dos envolvidos.

“Como os primeiros alertas chegam apenas alguns dias após o início dos desmatamentos com menos de um décimo de um hectare, consegue-se prevenir grandes desmatamentos. E, como o dano é menor, os acordos de composição civil do dano ambiental também são facilitados, sendo facultado ao proprietário reparar a maior parte do dano 'in natura', mediante a instituição de servidão ambiental perpétua (art. 9º-A da Lei 6.938/81) sobre a área ilegalmente desmatada”, explicaram.



ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE CADASTRO AMBIENTAL SÃO PADRONIZADAS

Integradas ao Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (Simcar), as imagens da Plataforma de Monitoramento possibilitam maior precisão e qualidade às análises técnicas dos registros. O estudo e validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) são feitos com base em Procedimento Operacional Padrão (POP) elaborado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

O objetivo do POP é orientar e padronizar a verificação das informações declaradas no CAR, identificando a cobertura vegetal, a hidrografia, uso alternativo do solo, a definição do percentual, alocação, delimitação e

registro das áreas de reserva legal, de preservação permanente, uso restrito e passivos ambientais. Com a padronização, o resultado esperado é qualidade na análise e produtividade conforme as metas estabelecidas.

COMPROMISSO O Termo de Compensação Ambiental (TCA) assinado entre o MPMT, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Delegacia Especializada do Meio Ambiente estabelece uma série de medidas para evitar fraudes e garantir celeridade nos processos de emissão do Cadastro Ambiental Rural.

O acordo, considerado como uma vitória para a defesa do meio ambiente, se continuar sendo seguido à risca evitará que irregularidades, como as apuradas em 2018 na Operação *Polygonum*, voltem a ocorrer. O TCA deu origem a um plano de ação que previu a ampliação no quadro de analistas e um cronograma para análise e validação dos registros.

No documento foram definidas obrigações relacionadas aos padrões de segurança do sistema de análise dos cadastros; acesso remoto às informações pelos órgãos fiscalizadores; regras quanto às compensações ambientais, monitoramento, autuações, embargos, entre outras.

MP EM AÇÃO



MPMT | Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

ESTAÇÃO HIDROMETEOROLÓGICA

O planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos na região de Sinop (a 500km de Cuiabá) ganharam uma importante aliada. A Estação Hidrometeorológica do Rio Preto vai transmitir via rádio para um sistema online, a cada 10 minutos, informações sobre o nível da água, turbidez, temperatura, PH e oxigênio dos rios Preto, Rosana, Caiabi, Nandico, Celeste e Lira, além de alguns córregos na região de Sorriso. Mensalmente, uma equipe descerá o rio para calibrar os sensores e garantir maior confiabilidade dos dados.

A cerimônia de inauguração da estação foi realizada no dia 04 de outubro, no auditório das Promotorias de Justiça de Sinop. O MPMT destinou, por meio de TACs, cerca de R\$ 300 mil para viabilização do projeto. Segundo o promotor de Justiça Pompílio Paulo Azevedo Silva Neto, a iniciativa é de importância incomensurável e o envolvimento de toda a sociedade é imprescindível.

FESTIVAL DE PESCA

O comportamento omissivo do Estado e do Município de Barra do Garças, no que diz respeito à licença e/ou autorização necessária à realização do festival de pesca, levou o promotor de Justiça Paulo Henrique Amaral Motta a ingressar com medida cautelar requerendo a suspensão do evento. A liminar foi concedida em primeira instância, mas depois foi suspensa pelo TJ. O MPMT argumentou que a atividade festiva é potencialmente causadora de grave degradação ambiental, em especial da fauna ictiológica (ramo da zoologia devotado ao estudo dos peixes), o que, segundo a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, exige prévia licença do órgão competente.



ÁGUA PARA O FUTURO

Ministérios Públicos de cinco Estados já foram capacitados sobre como utilizar o sistema para alimentar o aplicativo Água para o Futuro, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O treinamento é um desdobramento do termo de cooperação técnica assinado com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), pelo qual o aplicativo do projeto foi disponibilizado para outros estados.

O projeto já foi, inclusive, apresentado pela Procuradoria-Geral da República à Diretoria Executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em Nairóbi, no Quênia. A iniciativa busca garantir segurança hídrica e o abastecimento de água potável por meio da identificação, preservação e recuperação de nascentes no estado, e já foi expandida para outras 17 unidades da federação.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A situação de abandono do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico que formam o Centro Histórico de Cuiabá foi tema de audiência pública promovida pelo promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, no dia 05 de setembro. Atualmente, 98 imóveis localizados na região estão abandonados, sendo que 43 apresentam risco de cair. Os outros 55 ainda não foram vistoriados.

AGROTÓXICO

O Ministério Público do Trabalho (MPT-MT), Ministério Público Federal (MPF-MT) e o Ministério Público Estadual (MPMT) ajuizaram ação civil pública para proibir que produtores rurais do Estado de Mato Grosso utilizem qualquer agrotóxico que contenha o princípio ativo glifosato. A ação procura resguardar a saúde da coletividade de trabalhadores rurais expostos aos agrotóxicos, com efeitos que se desdobram para preservar, também, o meio ambiente natural e a saúde coletiva.



PLANO DE RECUPERAÇÃO

Dez anos após o incêndio ocorrido em um lixão próximo a madeireiras, no município de Marcelândia, os problemas ambientais e sociais causados pela falta de destinação dos resíduos produzidos pelas madeireiras ainda não foram sanados. Depois de muitas tentativas sem sucesso para a solução do problema no âmbito extrajudicial, o promotor de Justiça Guilherme da Costa obteve, no dia 28 de agosto, decisão liminar estabelecendo prazo de 90 dias para que 39 madeireiras apresentem plano de recuperação quanto à destinação e retirada dos resíduos sólidos localizados em seus pátios e outros locais públicos irregulares. Além das empresas, também foram acionados o Estado de Mato Grosso e o Município de Marcelândia.



ARTICULAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL NA ÁREA AMBIENTAL

Eleita por aclamação, a nova diretoria da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) para o triênio 2019-2022 conta com dois membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O procurador de Justiça Luiz Alberto Esteves Scaloppe integra a diretoria de Relações Internacionais, e o promotor de Justiça Marcelo Caetano Vacchiano a vice-diretoria do Centro-Oeste.

A entidade é presidida pela promotora de Justiça Cristina Seixas Graças, do Ministério Público da Bahia.



“III CONGRESSO BRASILEIRO DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O MEIO AMBIENTE”



Coordenador da Rede Latino Americana de Ministério Público Ambiental (REDEMPA), o titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Luiz Alberto Esteves Scaloppe, presidiu o encerramento do “III Congresso Brasileiro da Magistratura e do Ministério Público Para o Meio Ambiente”, ao lado da ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia.

A programação do evento contou ainda com a participação do promotor de Justiça em Mato Grosso Marcelo Vachiano. Ele integrou o Painel “Crimes contra o Meio Ambiente” e falou sobre a Criminalidade Organizada e Meio Ambiente. O evento aconteceu em agosto, no município de Araxá, em Minas Gerais.

“LA JUSTICIA AMBIENTAL EN LATINOAMÉRICA”

Com a proposta de compartilhar e construir estratégias coordenadas de defesa ambiental, membros dos Ministérios Públicos brasileiro e hispano americanos realizaram em San José, na Costa Rica, o 9º Congresso Latinoamericano de Ministério Público Ambiental “La Justicia Ambiental En Latinoamérica”. A abertura ficou a cargo do coordenador da REDEMPA e procurador de Justiça em Mato Grosso, Luiz Alberto Esteves Scaloppe. O evento foi organizado em conjunto com o promotor de Justiça do MPMS, Luciano Furtado Loubet.

Entre os temas debatidos, salvaguardas ambientais, o uso e a ocupação do solo, julgamento dos delitos ambientais, medidas cautelares ambientais, desmatamento, recursos hídricos, entre outros. O evento aconteceu nos dias 30 e 31 de maio de 2019.

A Redempa foi criada em novembro de 2008 com a finalidade de congregar e integrar os membros dos Ministérios Públicos dos países da América Latina que fazem a defesa do meio ambiente urbano e natural. A rede tem como princípios trabalhar pelo intercâmbio e compartilhamento de informações, atuação integrada, capacitação, fortalecimento do Ministério Público e dos mecanismos de defesa do meio ambiente, e ampliação da visibilidade do trabalho desenvolvido em defesa do meio ambiente na América Latina.



EXPEDIENTE EXTRA MEIO AMBIENTE

Telefone: (65) 3613-5285
E-mail: pje.da.ou@mpmt.mp.br
Site: pjedaou.mpmt.mp.br

PRODUÇÃO / EDITORAÇÃO:
Departamento de Comunicação – MPMT
Impressão: Gráfica Outimpress Indústria
Gráfica, comércio e serviços de
Informativo Ltda.

Tiragem: 300 exemplares